

----- A C T A N . º  
 01-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
 15 FEVEREIRO DE 2008-----Aos quinze dias do mês de Fevereiro de 2008,  
 pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão extraordinária,  
 no Auditório Municipal, sito na Av. 5 de Outubro, nesta cidade, com a seguinte Ordem de  
 Trabalhos:-----**Ponto único-** Discussão e votação  
 de uma moção apresentada pelo Partido Social Democrata, relativa às contrapartidas para a Região  
 Oeste a exigir ao Governo Central pela decisão de não construir o novo Aeroporto de Lisboa na  
 Ota.-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel  
 Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela  
 Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----Estiveram presentes os membros  
 da Assembleia Municipal, que se passa a indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos  
 Reis, José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria  
 Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, José Augusto Nozes Pires, José Manuel  
 Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo M. J.  
 Carvalho, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira  
 Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz Branco  
 da Silva, Hugo Miguel Fernandes Martins, Luís Pedro Saldanha Miranda, Pedro dos Santos Ribeiro  
 Mucharreira, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas,  
 Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, Ana Cristina de Abreu Moreira, Vítor Santos, Sérgio  
 Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Francisco João da  
 Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes  
 Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito  
 Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, António Paulo  
 Veloso Martins Bento, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso e Susana  
 Maria Ribeiro Neves.-----Faltaram os membros Jorge  
 Henrique Horta Ferreira, Paulo Jorge Marques Marreneca, e Mário Manuel Jesus Miranda.  
 -----Estiveram ainda  
 presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís  
 Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes,  
 Carlos Manuel Pires de Pina, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Clímaco Umbelino e  
 Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----**LEITURA DA**  
**CORRESPONDÊNCIA:**-----O primeiro  
 secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os  
 documento sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao

livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados quatro documentos que a seguir se indicam:

**SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:**

**DOCUMENTO**

**1:**-----Presente E-mail de António Carlos Nunes Carneiro, de 15 de Fevereiro, a informar que por motivos pessoais, não poderá estar presente na sessão, solicitando a sua substituição ao abrigo da legislação em título.-----O Sr.

Presidente da Mesa informou que, nos termos legais, tinha sido convocado o membro a seguir na lista, Sra. Susana Maria Ribeiro das Neves, que se encontrava presente.-----

**SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 38 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:**

**DOCUMENTO**

**2:**-----Presente fax número 43/08 da Junta de Freguesia de Campelos, de 13 de Fevereiro, a informar que o seu presidente, Natalina Luís, por motivos pessoais não poderá estar presente na sessão, e que em sua substituição estará presente o Sr. Vítor Santos.-----

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

**DOCUMENTO**

**3:**-----Presente carta de José Manuel Cristovão, de 20 de Dezembro de 2007 a solicitar que lhe seja justificada a falta à reunião de continuação realizada em 21 de Dezembro do ano transacto, por motivos autárquicos anteriormente assumidos.-----

**DOCUMENTO**

**4:**-----Presente e-mail da Junta de Freguesia da Freiria, de 15 de Fevereiro, a informar que o seu presidente, Paulo Marreca, por motivos profissionais inadiáveis, não poderá estar presente. -----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia Deliberou aceitar todas as justificações de faltas apresentadas.-----Nos termos do n.º 4 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal teve início o período antes da ordem do dia.-----

**M O Ç Ã O**

**:**-----O Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino leu uma moção entregue à mesa pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, que se transcreve:-----“Tendo

em conta o projecto de Decreto-Lei que prevê a transferência de competências para o municípios em matéria de educação, este Órgão Deliberativo considera extremamente útil a realização de um estudo que faça um levantamento das verbas que o município de Torres Vedras vai dispendir ao assumir essas novas responsabilidades, nomeadamente com:-----a) Pessoal não docente do ensino básico e da educação pré-escolar;-----b) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré- escolar;-----c) Actividades de enriquecimento curricular no 1 ciclo do ensino básico;-----d) Gestão do parque escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico;-----e) Acção social escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico;-----f) O Transportes escolares relativos ao 3º ciclo do ensino básico.-----Este mesmo órgão manifesta-se também claramente contra a tentativa de municipalização da educação por parte do Governo, entregando todas as responsabilidades às autarquias, num processo de clara desresponsabilização do poder central, destacando-se a oposição frontal desta Assembleia Municipal à transferência da tutela da selecção e gestão do pessoal docente para outra tutela que não a do Ministério da Educação. Os docentes deverão ser seleccionados pelo Ministério da Educação com base em critérios justos, equitativos e transparentes. As tutelas pedagógica e administrativa terão de se manter no Ministério da Educação.-----

Torres Vedras, 15 de Fevereiro de 2008.-----

O Grupo Municipal da CDU (Coligação Democrática Unitária).-----

Teve a palavra o líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho**, observando que é feita referencia de que haverá um projecto lei, e nos termos da constituição, a transferência de competências para os municípios é matéria da Assembleia da República, salvo autorização legislativa concedida ao governo, que não existe. Esta transferência de competências a ocorrer, será por proposta do governo para submeter à Assembleia da República, onde será apreciada a matéria e votada.-----

Registou uma contradição entre a elencagem das possíveis novas responsabilidades e a parte final da moção, ou seja, nas novas responsabilidades que os seus autores identificam, nenhuma referencia fazem ao pessoal docente e à tutela pedagógica. Contudo na parte final, fazem uma consideração que é contraditória com isso, quando referem que os docentes deverão ser seleccionados pelo Ministério de Educação, o que é óbvio! Como também é óbvio, quando referem ainda que a tutela pedagógica, já que a administrativa não pode ser valorada nos mesmos termos, deverá manter-se no Ministério de Educação.-----Frisou ainda que, para além destes factos, até ao dia anterior não tinha dado entrada na Assembleia da República nenhuma proposta do governo relativamente a essa anunciada transferência de competências do

governo, a qual está a ser negociada com a ANMP.-----O *Sr. Paulo Gonçalves*, assentiu que o diploma não se encontra ainda aprovado, e formalmente são necessários serem dados ainda alguns passos para que tal aconteça. No entanto, perspectiva o facto de acontecer dessa forma, e não é impeditivo que Assembleia Municipal se debruce sobre a matéria.-----

----Em relação às contradições, esclareceu que, o que a moção pede em primeiro lugar é a realização de um estudo para o município ter noção de, com a transferência de responsabilidades, quais os encargos que terá depois de assumir com essa mesmas responsabilidades. Com esse pedido, não significa que a CDU esteja de acordo com as transferências que são feitas e também com as responsabilidades que são atribuídas e com a política que está a ser levada, e a ser colocada em prática.-----

----Em relação à questão dos professores, sustentou que é publico e também já foi assumido pela ANMP, ainda que em termos pontuais, com a designação de projecto piloto, que poderão ocorrer e que isso iria corresponder à tutela dos docentes, por parte das autarquias.-----O *Sr. José Correia* começou por declarar que moção não deve ser posta à votação, por algumas das incorrecções que apresenta.-----No entanto

entendia que há um determinado tipo de levantamento de dados, nomeadamente, os custos das transferências das competências, que devem ser bem analisados e bem conhecidos pelas partes. O executivo municipal para negociar terá necessidade e interesse de saber quais os valores envolventes que possam incidir no erário municipal.-----

Considerava que o documento denota uma preocupação coerente, por muito que seja redundante estarem a remeter à Câmara uma moção para estabelecer custos daquilo que vai ter que gerir.-----No que diz respeito à gestão das escolas fez notar que, cada vez mais se considera o

princípio de autonomia das escolas, a qual pode estar muito associada às comunidades a que pertence, ou seja, com elementos representantes das diferentes comunidades a participarem na gestão das escolas e haver uma interacção muito forte entre a administração das escolas e as próprias comunidades onde existem.-----

----Abordou ainda o problema da contratação dos professores, porque presentemente as equipas pedagógicas e de projectos educativos, são constituídas por meras coincidências administrativas, que resultam dos concursos de professores e não por constituição de equipas que tenham os mesmos interesses e os mesmos objectivos, tanto do ponto de vista pedagógico, como de relação com o meio e até do ponto de vista científico.-----Para concluir disse

que nesta fase era prematuro votarem a moção, mas considerava que a matéria também merecia a realização de uma sessão extraordinária.-----O Líder do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, *Sr. Nozes Pires* salientou que a questão que hoje estavam a abordar parecia consensual, e é tentar saber quais os custos de uma operação desta escala. Nenhum membro estaria em desacordo que a Assembleia Municipal, pelos seus direitos, deveres e poderes, tem toda a legitimidade de colocar esta questão e vir a saber a médio prazo o que se passa.-----Referiu também

que o Presidente da Câmara será com certeza a primeira pessoa a disponibilizar esses dados quando estiverem na sua posse, e se necessário retirariam a parte do parágrafo sobre a questão dos professores, de modo a que a moção possa ser aprovada.-----

Terminadas todas as intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia Municipal a moção em discussão, a qual foi reprovada com 18 votos contra, 4 a favor e 15 abstenções.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 37 membros.-----

**ESTRATÉGIA PARA A MOBILIDADE – REGULAMENTO DE ESTACIONAMENTO, CARGAS E DESCARGAS E REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS DO MUNICIPIO DE TORRES VEDRAS:**-----

-----O *Sr. Sérgio Jacinto* começou por dizer que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata se congratulava com o encerramento do serviço de vaivém. Foi uma experiência mal sucedida desde o seu início até ao fim, e só pecou por tardia.-----De seguida debruçou-se sobre as recentes opções em matéria de ordenamento do trânsito, no âmbito do plano de mobilidade, as quais no seu entender não produziram nenhum dos efeitos desejados, antes pelo contrário, agravaram a fluidez de tráfego para o interior e exterior da cidade, à excepção da rotunda do nó da Corredora.-----No entanto, segundo tinha entendido da maqueta apresentada para o novo Mercado Municipal, esta rotunda ficará prejudicada, uma vez que ali irá ser a entrada para o mercado municipal de abastecimento e de transporte de mercadorias pesadas, e não entendia o arranjo que foi feito, que dava um ar de definitivo.-----Fez notar ainda que a Variante Poente que devia desafogar a saída de trânsito proveniente da cidade e de sul, designadamente do final dos dias úteis, está bastante congestionada, e o troço entre a rotunda do final da variante, no sentido de Santa Cruz, e a Ponte de São Miguel, está mesmo completamente congestionada.-----Por fim reforçou que estas alterações foram gritantes na Rua de São Gonçalo, quando, à altura da feira de São Pedro, o sentido era exactamente o oposto do que foi agora implementado.-----No



entanto frisou que foi uma experiência bem intencionada, para um resultado muito aquém das expectativas que a autarquia tinha, e que resultou igualmente de outros factores externos ao próprio sistema, tais como a fiscalização do trânsito e do estacionamento.-----

Por último informou que o período de discussão pública do regulamento em título, já terminou e os serviços técnicos estão a analisar as reclamações que foram recepcionadas, de forma a que seja presente ao Executivo novamente.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PARQUE ESCOLAR E PFL'S NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:**-----

**O Sr. Hugo Martins** disse que foi com enorme consternação que o Partido Social Democrata viu Torres Vedras ser notícia pela negativa, no maior semanário nacional.-----

-----Manifestou sua preocupação com este problema, dado que o concelho tem mais de 400 alunos a ter aulas em Pré-fabricados ligeiros, o que foi apresentado inicialmente como uma opção transitória e sobre a qual já se passou quase um ano e meio, e ainda com o facto de que, nos futuros projectos de ampliação e construção de novas escolas este problema subsistir.-----

-----Disse que o Grupo Municipal do PSD já tinha alertado que as verbas do QREN não eram a panaceia que lhes tinha sido vendida, considerando estranho que edil tenha confirmado em entrevista que infelizmente estas as verbas não darão para 1/10 dos investimentos protagonizados, e não solucionarão a questão dos Pfl's a curto prazo, e quando no município ao lado há centros educativos com bibliotecas, pavilhões desportivos, centros de informática e até na Venda do Pinheiro uma piscina. Tinham um bom exemplo ao lado de um mau exemplo.-----

-----Referiu ainda que fica mal ao Presidente da Câmara dizer que há alunos e professores que preferem ter aulas em Pfl's, quando logo a seguir escrevem que foram o b j e c t o de várias reivindicações.-----

-----Terminou dizendo que qualquer pessoa sabe que é mais digno ter aulas em condições bem a p e t r e c h a d a s e q u e s t i o n o u q u a l a solução.-----

**O Sr. Presidente da Câmara** começou por indicar que a autarquia dispõe de três soluções financeiras evidentes para dar seguimento à implementação da carta educativa no concelho. A primeira passa pelas verbas do QREN, mas que ao presente dia nenhum município de país sabe com o que pode contar. Assim, só quando se souber se existe ou não financiamento através do QREN é que se pode pensar em alternativas, em particular do crédito, tendo em conta a capacidade financeira da Câmara e sobre o qual a Assembleia terá que se pronunciar. A terceira solução é uma engenharia financeira que já veio nos jornais e não foi inventada pelo concelho de Maфра.-----

-----Fez notar ainda



mensagem tenha sido transmitida à Senhora Ministra e que a curto prazo a melhoria das condições de saúde no concelho de Torres Vedras sejam visíveis.-----O *Sr. Presidente da Câmara* interveio apenas para esclarecer que o número de utentes sem médico no concelho de Torres Vedras é cerca de 13.700.-----Informou também que este foi um dos assuntos que abordou com a Senhora Ministra, sendo o mesmo já do seu conhecimento e com o qual manifestou também preocupação.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----Teve início o Período da ordem do dia.-----

**PONTO ÚNICO- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE UMA MOÇÃO APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, RELATIVA ÀS CONTRAPARTIDAS PARA A REGIÃO OESTE A EXIGIR AO GOVERNO CENTRAL PELA DECISÃO DE NÃO CONSTRUIR O NOVO AEROPORTO DE LISBOA NA OTA:**-----

-----Presente e-mail, do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, de 29 de Janeiro último, a solicitar a convocação de uma reunião extraordinária para debater a moção que a seguir se transcreve.-----

**MOÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.**-----

-----“ Considerando as expectativas criadas ao longo de duas décadas sobre a mais que provável localização do Novo Aeroporto de Lisboa na Ota e que, por esse facto, muitos dos investimentos necessários para a Região Oeste não foram efectuados, sob o argumento de que esta iria beneficiar em breve da sua presença, entende a Assembleia Municipal de Torres Vedras solicitar ao Governo que tenha em conta a necessidade de potenciar o desenvolvimento desta região, tomando as medidas e dando continuidade aos projectos que seguidamente se mencionam:-----

-----1. Redução imediata das tarifas na A8 para os valores médios das restantes auto-estradas portuguesas.-----

-----2. Aplicação imediata de uma tarifa única para Torres Vedras na A8, independentemente da saída utilizada.-----

-----3. Execução da ligação rodoviária ao Carregado, IC 11, considerando o traçado inicialmente previsto, com início no nó do Sarge.-----

-----4. Requalificação da Linha do Oeste, permitindo ligações ferroviárias rápidas e cómodas a Lisboa e ao Novo Aeroporto.-----

-----5. Execução da nova estrada Torres Vedras / Santa Cruz.-----

-----6. Alargamento das valências e ampliação das instalações do Centro Hospitalar de Torres Vedras.-----

-----7. Alargamento da rede do pré-escolar.-----Grupo Municipal do PSD.-----Torres Vedras, 15 de Fevereiro de 2008.”-----O Presidente da

Mesa, *Sr. Alberto Avelino* informou que a mesa, para além da moção do PSD recebeu uma moção do Grupo Municipal do Partido Socialista e outra do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, que se transcrevem:-----**MOÇÃO DO GRUPO**

**MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA:**-----“Considerando as expectativas criadas ao longo de duas décadas sobre a mais que provável localização do Novo Aeroporto de Lisboa na Ota e que, por esse facto, muitos dos investimentos necessários para a Região Oeste não foram efectuados, sob o argumento de que esta iria beneficiar da sua presença.-----

Considerando que urgentes e mais do que justas reivindicações da região apresentadas em sede da Assembleia da República para que o PIDAC as contemplasse no seu orçamento, foram recusadas sucessivamente pelos vários Governos no decurso de muitos anos.-----Considerando que a Região tem sido desprezada em

áreas fundamentais para o seu desenvolvimento, nomeadamente nas redes rodoviárias e ferroviárias.-----Considerando que as negociações entre os responsáveis autárquicos e o Governo não devem dispensar a participação informada e activa das populações, das Assembleias e Juntas Municipais, e outras instituições democráticas e representativas, a Assembleia Municipal de Torres Vedras insiste na imediata satisfação das seguintes reivindicações:-----1. Redução imediata

das tarifas na A8 para os valores médios das restantes auto-estradas portuguesas.-----

-----2. Aplicação imediata de uma tarifa única para Torres Vedras na A8, independentemente da saída utilizada.-----

3. Execução da ligação rodoviária ao carregado, IC 11, considerando o traçado inicialmente previsto, com início no nó do Sarge.-----4.

Requalificação da Linha do Oeste, permitindo ligações ferroviárias rápidas e cómodas a Lisboa.-----

-----5. Execução da nova estrada Torres Vedras/Santa Cruz.-----6. Modernização da estrada Nacional n

º9.-----7. Alargamento das valências e ampliação do Centro Hospitalar de Torres Vedras.-----8. Resolução das graves

deficiências do Centro de Saúde, nomeadamente pela falta de profissionais e de uma rede de

prestação de cuidados primários de saúde.-----9. Alargamento da rede do ensino pré-escolar.-----Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária-----Torres Vedras, 15 de Fevereiro de 2008.”-----**MOÇÃO DO GRUPO**

**MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:**-----“Considerando que a

localização do Novo Aeroporto de Lisboa em Ota — Alenquer, após cerca de três décadas de estudos de peritos nacionais e estrangeiros, foi considerada, a partir de Julho de 1999, um facto definitivo, logo, como tal, irreversível;-----

Considerando que daí decorreram perspectivas de desenvolvimento do Oeste e, em especial, de Torres Vedras, como concelho mais populoso da sub-região, determinantes de múltiplas opções de vida e investimentos, designadamente, no âmbito pessoal, empresarial e autárquico;-----

Considerando que a surpreendente alteração de localização do Novo Aeroporto para a Península de Setúbal constitui um defraudar de expectativas com consequências negativas, em particular, ao nível do investimento e emprego qualificado;-----

Considerando a perda de competitividade das empresas e de dinamismo da economia local e regional, daí decorrente;-----

Considerando, deste modo, a perda de oportunidades de desenvolvimento de quantos aqui vivem e trabalham;-----

---Considerando, finalmente, que se impõe a adopção de medidas minimizadoras de tais efeitos negativos,-----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida extraordinariamente, nesta data, selecciona um conjunto de projectos, essenciais e prioritários, a incluir no trabalho a apresentar ao Governo pela Associação de Municípios do Oeste, cuja concretização visa minimizar o quadro desfavorável para Torres Vedras que resulta da alteração de localização do Novo Aeroporto:-----

-----1) Construção do IC11/ A18 — Peniche/ Torres Vedras/ Carregado, insubstituível no acesso rodoviário de pessoas e mercadorias, ao Novo Aeroporto;-----

-----2) Requalificação da Linha do Oeste, com rectificação de traçado, electrificação, substituição do material circulante e construção de novo troço a sul de Torres Vedras, de molde a que, na menor distância e tempo, entronque na Linha do Norte e no novo atravessamento ferroviário do estuário do Tejo, numa lógica de complementaridade com o acesso rodoviário IC11/A18;-----

-----3) Beneficiação da EN9 — Torres Vedras/Alenquer, com rectificação de traçado, num objectivo de coesão territorial do sul da sub-região do Oeste;-----

-----4) Construção da estrada Torres Vedras/ Santa Cruz, para melhoria da mobilidade interna de pessoas e mercadorias, atenta a

dinâmica económica e as potencialidades de turismo e lazer do território a servir;-----5)

Requalificação significativa do Centro Hospitalar de Torres Vedras, integrado dos dois hospitais existentes, em ordem a servir a população do centro e sul da sub-região do Oeste em cuidados de saúde diferenciados;-----6)

Implementação da carta educativa de Torres Vedras, com garantia de financiamento dos centros educativos previstos, num propósito de valorização, a prazo, do capital humano de Torres Vedras e da sub-região;----- 7)

Concretização dos programas de investimento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, bem como requalificação das linhas de água, assegurando a valorização do património natural e a sustentabilidade

ambiental;-----

8) Implementação de um Centro de investigação, Qualidade e Certificação de Produtos Hortícolas, como factor de desenvolvimento de uma actividade económica relevante para Torres Vedras e sub-região;-----9 ) Apoio

à inovação e competitividade empresarial e construção de uma área de localização empresarial junto ao nó da A8 Outeiro/ Campelos, na confluência dos concelhos de Torres Vedras/ Lourinhã/ Bombarral/ Cadaval.-----Torres

Vedras, 15 de Fevereiro de 2008”.-----Tendo

em conta o objectivo comum das três moções apresentadas, o Presidente da Assembleia, **Sr. Alberto Avelino**, propôs um intervalo de 15 minutos no sentido se elaborar um documento conjunto, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

-----Retomada a sessão, informou que não houve entendimento entre os grupos municipais e deu a palavra ao líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata para fazer uma breve introdução à moção

apresentada.-----O

**Sr. Alfredo Reis** considerou que teria sido bom que resultasse desta sessão uma moção conjunta e votada por unanimidade. Como não foi possível chegar a um acordo, atendendo a que as restantes forças políticas não concordaram com dois pontos, manteriam o documento como estava.-----Deste

modo referiu que os pontos da discordância eram os dois primeiros, que se prendem com a taxaçaõ diversa e desigual das auto-estradas do país e com o facto de as saídas de Torres Vedras sul e norte serem taxadas de preço diferente para quem circula de Lisboa ou do norte. Frisou que a única situação em que não se paga é para quem entra numa portagem (norte ou sul) de Torres Vedras e sai

na outra.-----

Reforçou que a tarifa única, em termos de justiça e igualdade para todos os torrienses, e até para

descongestionamento do tráfego dentro da cidade, seria uma ajuda.-----Prosseguiu indicando que no ponto 3 mencionam o IC11 de propósito e não A18, dado que consideram que deveria ser um traçado não portajado e daí a nomenclatura de “IC” e não de “A”.-----Relativamente ao ponto 4, e devido às recentes notícias veiculadas, disse que a requalificação da Linha do Oeste pode e deve ser uma alteração ao traçado, para permitir ligações ferroviárias rápidas e cómodas a Lisboa e ao novo aeroporto, o que consideram muito importante.-----Usou de seguida a palavra o Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho**, que começou por propor um aditamento à moção apresentada, e que se transcreve:-----“ Considerando, deste modo, a perda de oportunidades de desenvolvimento de quantos aqui vivem e trabalham, *aliás não decorrente apenas da não construção do Aeroporto da OTA*;-----5) Requalificação significativa do Centro Hospitalar de Torres Vedras, integrado dos dois hospitais existentes, em ordem a servir a população do centro e sul da sub-região do Oeste em cuidados de saúde diferenciados, *bem como a valorização da rede de cuidados primários de saúde;*”-----

-----Quantos aos pontos da moção declarou que o primeiro se prende com as acessibilidades rodoviárias dado que sem o IC11/A18, mesmo com o previsto aumento das faixas de rodagem da A8, ninguém lhes garante um acesso fiável ao novo aeroporto. Não há ninguém presente que não tenha experiência do que é a ligação da A8 à ponte Vasco da Gama, e o que se passa nalgumas horas do dia, no túnel do grilo, com graves situações de congestionamento, até com um simples acidente. Lembrou que a Calçada de Carriche e a 2.ª circular pelo excesso de tráfego, não são alternativa, quer à ponte Vasco da Gama quer a qualquer outra ponte rodoviária que se construa.-----No plano ferroviário sustentou que a linha do oeste de há muito que tem sido votada ao abandono, carece de rectificação do traçado, de electrificação, de material circulante, sendo que, da Malveira para sul não tem aproveitamento possível, na perspectiva do acesso ao novo aeroporto, porque se desvia, alongando o percurso, e entronca na linha de Sintra que está saturada. Impõe-se um traçado novo, não para lá da Malveira mas desejavelmente a partir do território do concelho de Torres Vedras.-----A

propósito da requalificação do Centro Hospitalar, alertou que devem ter presente que é um projecto que se justifica por si mesmo dada a sua relevância para Torres Vedras e para os concelhos circunvizinhos. É um investimento para as pessoas, para as famílias, mas indirectamente para as empresas, porque o investimento e as actividades fixam-se onde há excelentes serviços, nomeadamente de saúde.-----Sobre o ponto

n.º 7 defendeu que um território atractivo quer de uma perspectiva residencial, quer na fixação de serviços empresariais avançados, pressupõe qualidade ambiental.-----Quanto ao ponto n.º 8 registou que a horticultura tem-se revelado promissora, sendo a justo título que fazem referencia a este Centro de Investigação, Qualidade e Certificação de Produtos Hortícolas.-----

----Relativamente ao ponto 9 frisou que o tecido empresarial existente justifica apoio designadamente na inovação e na competitividade, como condição de sucesso no quadro global em que cada vez estão mais inseridos, e a área de localização empresarial na confluência dos referidos 4 concelhos, é uma aspiração tão velha quanto justificável.-----

-----Afirmou que a moção não pretende esgotar as expectativas, as aspirações dos torrienses e as lacunas que contenha, no entanto são justificáveis, porque tem um desiderato, destinando-se a um objectivo muito específico, que é preciso não iludir.-----

-----Disse ainda que o Grupo Municipal do Partido Socialista tem a consciência que por outras vias, importa continuar a lutar na concretização dos serviços que ainda carecem, nomeadamente, ao apoio à infância através das creches, nas instituições da 3.ª idade, nos serviços de segurança e protecção civil, e de uma oferta de formação profissional ao nível de um tecido empresarial, que se deseja avançado e competitivo.-----

-----Disse também que querem um turismo competitivo, a preservação da ruralidade do concelho, ou seja da sua identidade, mas de uma ruralidade moderna. Querem o rejuvenescimento populacional e a qualidade de vida, assim como ser um destino de investimento empresarial avançado.-----

-----Adiantou que não querem, um turismo desequilibrado, um crescimento populacional importado não assimilável, o abandono precipitado de recursos e de capacidade tradicionais, e ainda a proliferação fragmentada e desqualificada de espaços empresariais.-----

-----Reafirmou que a moção do Partido Socialista tem um objectivo específico, e não pretende caracterizar exhaustivamente aquilo que são as justificadas ambições de Torres Vedras.-----

-----Tomou a palavra o líder do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires**, para indicar que alguns dos pontos propostos por eles foram respeitados no documento do Partido Socialista, pelo que retiravam a moção.-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** observou que era importante que a moção fosse aprovada por unanimidade e que nela constassem algumas acções imediatas.-----

-----Lamentou que o Partido Social Democrata não referencie a EN9, mas também lamentou que conste na moção do Partido Socialista, uma vez que se trata de uma obra há muito adiada, tendo

dúvidas que se concretize, e era um dos casos que devia ser de actuação imediata.-----

----O **Sr. Alfredo Reis** informou que na moção do Partido Social Democrata há dois pontos que são pedidos de actuação imediata. Tentaram ser concisos nas reivindicações que fizeram, e por isso também não quiseram colocar todas as reivindicações do mundo numa moção.-----Considerando que o autarca de Ponte do Rol tem razão em não estar espelhado o sentimento do Grupo Municipal do PSD em relação ao EN9, aditou à moção o ponto n.º 8, com a seguinte redacção: “*Requalificação imediata da EN9, entre Merceana e São Pedro da Cadeira*”.-----O Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento** começou por dizer que da leitura breve que fez das duas moções ficou com a sensação que a esmagadora maioria dos pontos são comuns, e estranhou que durante um período de meia hora, não tenha sido possível chegar a um entendimento.-----Verificou que a principal resistência prende-se com a questão das portagens na A8, e com o troço ente norte e sul junto a Torres Vedras, pelo que entendia que não era abusivo concluir que o Grupo Municipal do PS está satisfeito com as portagens que paga, e o Partido Social Democrata não.-----

----Reforçou que não estão satisfeitos com o que pagam entre norte e o sul na cidade de Torres Vedras e que devia servir sobretudo para descongestionar o transito dentro da cidade, o que não acontece porque é portajado.-----Acrescentou que mesmo não havendo a troca de OTA por Alcochete, esta já era uma situação injusta, e mais não fazem do que tentar repor uma situação que há muito deveria estar reposta, e nem sequer se deveria ter verificado. Tinham provavelmente a pior auto-estrada do país e de certeza absoluta a mais cara de todas por quilómetro, portanto ao incluírem este pedido na moção, mais não fizeram do que exigir um direito que é independente, até, do Aeroporto ter transitado para OTA.-----Frisou também que todas as moções e todas as propostas nelas englobadas são objectivos e desejos comuns a todos de há muitos anos.-----Fez notar que com a excepção da reivindicações sobre a A8, dificilmente algum dos pontos será concretizado, e tinham também que saber com quem estavam a negociar, lembrando que o governo alterou a localização do novo aeroporto à pouco tempo, alterou o que consta no Plano Rodoviário Nacional para o IC11 e não resolve os problemas EN9.-----

Aproveitou para dar nota da visita do Senhor Primeiro Ministro a Torres Vedras de manhã, a qual desconhecia oficialmente, lamentando que a Câmara também não lhe tenha comunicado, atendendo à relação que deve existir entre as instituições.-----

Reforçou que é difícil estarem a discutir e aprovar moções sabendo com que governo estão a

negociar.-----

----O **Sr. José Correia** indicou que também o Grupo Municipal do Partido Socialista lamentava que não existia uma moção aprovada por unanimidade.-----Observou que tentaram fazer um esforço de dissociar o que era estruturante do que era meramente uma questão mais conjuntural, não obstante estando a falar das portagens, sobre o qual desejavam outro tipo de resolução.-----Continuou, fazendo notar que a moção do Partido Socialista aponta para questões estruturantes e não queriam envolver a contratualização do Estado com o concessionário, que implica outros procedimentos, mas como concordavam com as preocupações expressas pelo Partido Social Democrata, estavam disponíveis para discutir este assunto, mas no âmbito do seu próprio quadro.-----Lembrou que quer o Partido Social Democrata, quer a Coligação Democrática Unitária levantaram a questão de que a necessidade de investimento na região não estava só associada à não vinda do aeroporto para OTA, o que teve o acolhimento do Partido Socialista e foi aditado à moção.-----Ainda sobre as portagens da A8, frisou que este assunto devia ser abordado com uma metodologia de tratamento, ou seja, em primeiro lugar solicitavam informações fundamentadas, e de qual a sua dimensão comparativa com o resto do país para depois se pronunciarem.-----O **Sr. Marco Claudino** disse que iria discutir a moção do Partido Social Democrata, uma vez que é esta que consta na ordem de trabalhos, e sobre a qual gostaria que a Assembleia se pronunciasse, para fazer a defesa dos dois pontos em que existem dissonâncias, e que tem a ver com o que são medidas imediatas e práticas, porque de outro modo estão a fazer o jogo do governo.-----Insistiu que não deviam entrar no engodo do governo que, se disse que ia discutir com o Oeste as contrapartidas é porque houve perdas, as quais não estão contabilizadas e como tal nunca se pode saber quais as contrapartidas que se justificam.-----Deste modo entra-se num ciclo vicioso em que o governo já conseguiu passar para a opinião pública que está a beneficiar os concelhos que foram prejudicados, mas que não sabem em quanto.-----Salientou que a moção do Partido Social Democrata não reivindica nenhum benefício diferente do que os outros concelhos têm, até porque são a favor da política do pagador/utilizador, mas de forma igualitária.-----

Assim, disse que se o Partido Socialista quer votar contra, que diga que não quer que os torrienses sejam tratados de forma igual aos concidadãos do país e tenham as portagens ao preço que todo o cidadão devia ter.-----

Prosseguiu reafirmando que deveriam votar a moção do Partido Social Democrata, porque tinha a certeza que a moções apresentadas não podem ser votadas em alternativa sob a pena de estarem a desvirtuar a ordem de trabalhos para o qual foram convocados. A moção do Partido Social

Democrata teria que ser votada, contra, abstenção ou a favor pelo Partido Socialista, porque esperava que o bom senso imperasse, mas todos ficariam a saber qual a posição desta força política e m r e l a ç ã o à s

portagens.-----O **Sr. Paulo Gonçalves** começou por esclarecer que, quanto à localização do aeroporto, a Coligação Democrática Unitária sempre defendeu em primeiro lugar o interesse nacional, acima das expectativas e interesses locais, e como tal esta infra-estrutura deveria ser localizada onde fosse mais b e n é f i c o p a r a o t o d o nacional.-----Disse também

que não podem esquecer que sucessivos governos, e o actual Ministro das Obras Públicas deram Ota como um dado adquirido, e tendo em conta as expectativas assim criadas e entretanto defraudadas, devem existir algumas compensações.-----Fez notar ainda que,

a propósito da moção do Partido Socialista, levantaram algumas questões, sendo uma delas o facto de que as reivindicações não deveriam resumir-se apenas a obras e situações a levar por diante, devido à não localização do aeroporto na Ota.-----Acrescentou que a

CDU não via nenhum obstáculo em que a questão das portagens constasse numa moção conjunta a ser aprovada por unanimidade, e até propôs um aditamento no sentido de ser feita referencia aos utilizadores frequentes, à semelhança do que acontece na Ponte 25 de Abril, com cartões pré-pagos que permite descontos para quem diariamente tem a necessidade de utilizar esta via.-----

Perante o contexto de a moção ter um efeito que está para além da Assembleia Municipal, cederam nesse aspecto, porque consideram mais importante a possibilidade de vir a ser aprovada por unanimidade. No entanto, se o PS estivesse na disponibilidade de fazer essa cedência em relação ao P S D , a C D U s u b s c r e v e r i a a reivindicação.-----O **Sr. Hugo Martins** fez

uma breve referencia ao “PEDRO”, um estudo que fazia uma analogia entre o futuro aeroporto da Ota e o de Frankfurt, que tem mais ou menos o mesmo tráfego previsto para a Ota e criou cerca de 18.000 a 23.000 empregos directos e indirectos, para lembrar que toda a lógica da contrapartida deve ter uma clara definição, que é o aumento de produtividade.-----Disse também que

subscrevia as palavras do membro José Augusto de Carvalho em relação ao que Torres Vedras quer e o que não quer.-----Registou que a razão

de não existir uma moção conjunta se prende com dois pontos muito simples e de resolução imediata e lembrou que estas reivindicações também estão sob a alçada do Senhor Ministro das Obras Públicas e Transportes.-----Deste modo, sustentou

que só pode haver duas posições, votar contra ou a favor, e não se podem abster porque isso

significaria que não se importavam que o assunto das portagens constassem no caderno das contrapartidas e aí haveria lugar a uma moção conjunta.-----Pedi o uso da palavra o **Sr. Hugo Lucas** para lembrar ao Grupo Municipal do Partido Social Democrata que foram convocados para discutir compensações estruturantes e não portagens de auto-estradas, e para questionar se pensavam que esta era uma compensação suficiente.-----Disse também que todos estavam de acordo que a unanimidade era importante, mas o Partido Social Democrata estava a querer fazer depender a mesma apenas da questão das portagens.-----O **Sr. José Afonso** frisou que veio à Assembleia Municipal para discutir compensações pela não construção do novo aeroporto na Ota e não para discutir compensações estruturantes.-----Considerava que para além das situações reivindicativas de compensações que têm dependência financeira e de projectos, como é o caso da linha do Oeste, devem constar compensações que se reflectam positivamente nas populações, no imediato.-----Reforçou que é demagógico avançar, com uma lista de 20 reivindicações que necessitam de investimento incomportável para entrar em funcionamento imediato, quando na moção do Partido Social Democrata constam compensações visíveis no imediato, que podem ser negociadas à semelhança do que tem sido feito noutras zonas do país, e podem constituir uma alavanca que ajude a população do concelho de Torres Vedras.-----Argumentou que com o 1.º e 2.º ponto da moção do Partido Social Democrata não se pede mais do que se faça uma revisão para reajustamento da média tarifária nacional, das auto-estradas, porque Torres Vedras está, no momento, a pagar acima da média nacional.-----Fez notar que o Partido Social Democrata quer reivindicar compensações que estão dependentes do orçamento geral, que ficarão em estudo e na dependência da participação do QREN, mas também quer reivindicar algo que se possa ver no curto prazo e não daqui a dez anos.-----Terminou a sua intervenção defendendo que a moção do Partido Social Democrata é justa, equilibrada e praticável aos olhos da população, que teve notícia há um mês atrás da não edificação do aeroporto na Ota.-----Pedi novamente o uso da palavra o membro **José Correia** para lembrar que existe uma comissão da AMO que está a negociar com o governo as compensações, e não estavam ali para apresentar propostas à Auto-Estradas do Atlântico, mas para falar de compensações pela não construção de uma obra que tinha impactos estruturantes a médio prazo na região.-----Reafirmou estarem disponíveis para discutir o assunto das portagens, mas para o abordar com a propriedade e a informação necessária, e não deviam misturar as questões, e não deviam, como tinha sido dito numa intervenção anterior, cair no engodo de reivindicar coisas fáceis de decidir, e por isso o PS tinha opinião contrária à do Partido Social Democrata.-----Assim,

e porque querem ter uma negociação séria e correcta e de acordo com os parâmetros que estão em causa, votaram contra que se coloque na mesma moção situações de teor tão distinto e de interesses diferentes. Só por interesses absolutamente políticos não devem estar a misturar questões, e lembrou que nunca viu a direcção do Partido Social Democrata de Torres Vedras, referir a importância do impacto da mudança do aeroporto e manifestar oposição a esta posição do governo, tal como o Partido Socialista fez publicamente.-----Voltou a afirmar que estavam a discutir questões essencialmente estruturantes para a região e solicitou que o Partido Social Democrata se deixasse de demagogias de decisões rápidas e fáceis, para ficarem calados e contentes. Já disseram que estavam disponíveis para estudar este assunto, mas com lógica, sequência e a identidade que o mesmo deve ter, e não englobado nestas negociações, mas parecia que não tinham ouvido.-----Seguiu-se a intervenção do membro **João Bastos**, que aludindo a uma notícia veiculada no Jornal Badaladas sobre a requalificação da linha do Oeste, onde o edil refere que “afasta a possibilidade de uma linha de circulação de massas” questionou o que o que é uma linha que não é de circulação de massas. Percebia a preocupação do autarca em não querer que Torres Vedras se transforme num subúrbio de Lisboa, mas um comboio para ser viável tem que transportar massas. -----Prosseguiu indicando que se for um comboio ligeiro do género do metropolitano de superfícies, está totalmente de acordo, principalmente no que respeita ao traçado, que passa pelo aeroporto da Portela, o qual não acreditava que vá fechar, mesmo com o novo aeroporto em funcionamento.-----Disse que estava a mencionar esta questão porque não sabem o dia de amanhã, sendo que o aumento dos combustíveis fosseis é uma coisa que lhes escapa completamente, e o congestionamento da entrada da rodoviária em Lisboa já acontece nos dias de hoje, pelo que é importante que haja uma alternativa ferroviária, para ir à capital.-----Em conclusão, lembrou que quando neste Órgão Deliberativo se abordou a questão da mudança do terminal rodoviário para o Parque Regional de Exposições, e independentemente de concordar que neste local a curto prazo se edifique um segundo terminal, entendia que há toda a conveniência de manter o actual onde está, para possibilitar no futuro, o interface entre comboio e autocarros.-----O membro **Luís Miranda** interveio para manifestar o seu agrado com a interlocução anterior, a qual visou um ponto que era comum às três moções, porque para quem tivesse entrado a meio da sessão parecia que só havia uma moção que queria discutir as contrapartidas pela alteração do aeroporto da Ota, e todas as outras não eram a favor.-----Reforçou que a moção do Partido Socialista reivindica um conjunto de contrapartidas, e foi dito que não quer que Torres Vedras tenha as portagens mais baixas, que não é verdade, porque se mostrou disponível de discutir essa situação noutra ponto.-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio** manifestou o seu acordo com as compensações propostas pela não localização do Aeroporto na Ota,

não porque se tenha criado expectativas abstractas, mas porque houve uma decisão governamental que teve consequências desde 1999 em investimento a nível de vários sectores privados e públicos, decisão que agora foi alterada.-----Afirmou que é nesta medida que considera que os concelhos que estão junto a Ota têm toda a justificação para serem de alguma forma ressarcidos estruturalmente do que foram criando e desenvolvendo por causa da localização do novo aeroporto neste local.-----Disse também que é nesta medida que subscrevia a moção do Grupo Municipal do PSD, em todos os pontos. A deslocalização do aeroporto de Ota para Alcochete teve, em relação a Torres Vedras, um impacto do ponto de vista económico, do desenvolvimento das empresas e das expectativas que foram criadas, e as reivindicações deviam incidir na minimização dessa deslocalização que agora o concelho de Torres Vedras fica perante a Alcochete, o que passa pelos pontos que foram apresentados em relação à via ferroviária e em relação às vias rodoviárias. -----Referiu que a questão das portagens é de alguma forma imediata, mas não é descontextualizar da perda dos prejuízos económicos, que foram lançados ao longo destes anos. Devem ser ressarcidos pela curta distancia perdida em relação ao aeroporto, o que pode ser conseguido por uma diminuição dos custos para os torrienses chegarem ao aeroporto de Alcochete, e por isso tem fundamento e é coerente a inclusão da questão das portagens nas reivindicações.-----O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que o colega José Correia lavrou duas vezes no mesmo erro, o qual poderá ser determinante na apreciação que faz sobre a proposta do Partido Social Democrata acerca da redução imediata das portagens na A8. Não se trata de fazer nenhuma pressão sobre a Administração da Auto-Estrada do Atlântico, uma vez que cabe única e exclusivamente, ao governo, através de portaria a fixação do preço do quilómetro, da auto-estrada portajada, por proposta da concessionária. Não é sobre as Auto-Estradas do Atlântico que o PSD está a fazer qualquer tipo de proposta, mas sim, sobre o governo.-----O **Sr. Flores da Cunha** declarou que os presentes já perceberam que o Partido Social Democrata iria votar favoravelmente todas as moções apresentadas na sessão, porque entende que todas as reivindicações são em beneficio das populações do concelho de Torres Vedras.-----Fez notar que se o PS entende que não pode reivindicar para os torrienses o nivelamento das portagens para a média nacional, concretamente o troço entre Torres Vedras e Malveira que é praticamente o dobro entre Malveira e Lisboa, que o manifeste para que passem de imediato à votação.-----

----Usou da palavra novamente o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento** para lembrar que as duas moções vão ser votadas porque o PSD é condescendente e tolerante, uma vez que a ordem de trabalhos refere apenas a moção apresentada pelo PSD.-----Relativamente à questão do que

é estrutural e do que é conjuntural, esclareceu os deputados do Partido Socialista que conjuntural são as três moções apresentadas, dado que tanto podem ser apresentadas hoje, como há 10 anos atrás ou daqui a 10 anos. Vai ser sempre uma questão de conjuntura, porque infelizmente algumas das reivindicações já há 10 anos que têm projectos, mas não foram concretizadas e se calhar daqui a 10 anos ainda não foram iniciados. Estruturais seriam se já estivessem projectadas e executadas.-----Quanto às reivindicações da moção do Partido Socialista, disse que foi o governo desta cor partidária que retirou o projecto do IC11 e que fazia parte do Plano Rodoviário Nacional, a linha do Oeste tem sido pedida e prometida pelo vários governos, a EN9 devia estar acabada e nem iniciada está, e portanto isto não são contrapartidas, mas são o exigir de promessas há muito adiadas.-----Aproveitou para lembrar que nos últimos 12 anos o Partido Socialista foi governo 9 e o Partido Social Democrata foi 3, questionando quantos obras estruturantes foram executadas pelo poder central no concelho e na região.-----

-----Frisou que a requalificação do Centro Hospitalar, já não é nenhuma contrapartida dado que o Senhor Ministro Correia de Campos, antes de se demitir garantiu que Torres Vedras iria ter o Hospital Oeste/Sul, a Câmara Municipal já executou e desenvolveu a Carta Educativa, e quanto ao ponto 7, partia do principio que o governo tem programas de investimento concretizados em termos de orçamento, sendo o ponto 8 e 9 as inovações.-----Reafirmou que estas reivindicações não são mais do que exigir da Administração Central o cumprimento de promessas há muito adiadas e que infelizmente vão continuar a ficar no papel. A única compensação que podem agarrar é as portagens, mas pelos vistos o PS não quer.-----

**O Sr. José Augusto de Carvalho** começou por recordar que as moções foram apresentadas, estão a ser discutidas e vão ser votadas, num pressuposto duma metodologia de trabalho, que foi acordada entre os Presidentes de Câmara da AMO e o governo.-----Disse que deviam ter presente que o que move o Partido Socialista a apresentar a sua moção é um contributo que se enquadre na metodologia de trabalho dada, que é publica e lamentou que em algumas das intervenções parecia que deliberadamente o ignoraram.-----Tendo em conta a intervenção do autarca da Ponte do Rol sobre a EN9, e também tendo em conta a metodologia de trabalho em causa, esclareceu só fazia sentido, colocar, esta carência de Torres Vedras para Alenquer, até porque é um dado adquirido.-----

Quanto à iniciativa de também apresentar uma moção, fez notar que não fica vedado aos restantes membros, apresentarem iniciativas afins por arrastamento, e não há nada de abusivo naquilo que estão a fazer com a discussão de várias moções e não apenas da moção que teve a primazia, cujo mérito ninguém lhe retira.-----Lamentou

que neste contexto difícil de terem perdido uma infra-estrutura que era relevante para o desenvolvimento, se estejam a dividir e até a conflitar, relativamente a uma questão como a das portagens.-----

----Subscreveu as palavras do colega José Correia, e renovou o compromisso e disponibilidade do Grupo Municipal do PS para em próximas oportunidades, esclarecer por completo a questão do valor das portagens que os torrienses pagam, mas que agora não é compaginável com a metodologia de t r a b a l h o da AMO.-----Lembrou

também que esta questão é anterior ao problema do aeroporto, e o Grupo Municipal do Partido Social Democrata já poderia ter feito alguma coisa, e questionou os actuais membros do Grupo Municipal PSD, quantos aproveitaram a circunstancia do seu partido ser governo de 2002 a 2005 para suscitarem esta alegada discriminação.-----

Disse também que não seria curial levantar uma cortina de fumo, para iludir as responsabilidades do Partido Social Democrata, cujo presidente, desencadeou aquela senha contestatária contra a OTA, logo que esta força partidária passou a oposição em 2005, e que foi decisiva, no seu entendimento para a conclusão desastrosa deste processo.-----Pedi a palavra o membro

**José Menino** para lamentar que, na última hora e meia, tudo se fez para que não se encontre a desejável unanimidade, e para apelar que a Assembleia Municipal chegasse a um entendimento.-----O **Sr.**

**Hugo Martins** interveio novamente para informar que o PSD de Torres Vedras, teve a coragem politica de, assim que o então líder do Partido Social Democrata nacional, se manifestou contra a opção OTA, defender publicamente esta localização.-----

Disse também que não esquecia que nos últimos 12 anos, o PSD só governou 25%, e quem modificou a decisão da OTA foi o governo socialista depois de ter dito “jamais”.-----Teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por

abordar a intervenção do autarca Paulo Bento, para esclarecer que também a Câmara Municipal de Torres Vedras não foi avisada oficialmente da visita do Senhor Primeiro Ministro. Teve conhecimento particular, tal como Sr. Paulo Bento, com a única diferença que ele alterou a sua agenda para estar presente e o autarca não o fez.-----

---Informou que nunca o governo, através do Senhor Primeiro Ministro, nem nunca as Câmaras, através do Presidente da AMO falaram em compensações, ou até em contrapartidas, e o que sempre foi falado, foi na minimização de impactos negativos, uma vez que seria uma contabilidade difícil de fazer se tivessem que calcular os prejuízos para encontrar contrapartidas, pelo que estão sempre a f a l a r e m

minimizar.-----

Reforçou que o parceiro das conversações não é nenhum município em particular, mas a AMO, e o que o está em causa, são interesses regionais e de dimensão regional, e é essa a base de partida e é nestes pressupostos que as negociações/conversações estão a avançar.-----Sustentou que fazer observações, por muito legítimas que sejam, mas que sejam de índole local, é algo que é desajustado e sem enquadramento neste tipo de negociação, podendo ter enquadramento num outro tipo que não este e a Câmara está perfeitamente disponível para encetar outras negociações.-----

Deste modo alertou que a referencia da moção do Partido Social Democrata de que “...entende a Assembleia Municipal solicitar ao governo...”, é ultrapassar os parceiros da negociação da qual o município de Torres Vedras faz parte.-----Por outro lado achava inócuo que numa moção se proponha solicitar ao governo, e ficar por aí, e não indique se é através de ofício, quem negocia e quem fiscaliza. Resumir uma negociação com as características vertidas neste moção, sem se encontrar um parceiro que as negocie, nem que seja uma comissão da Assembleia Municipal, é perfeitamente incongruente, ou inconsequente em termos de efeitos práticos.-----Frisou

que não existe na moção do Partido Social Democrata qualquer caminho que aponte para os prazos e para as metas a alcançar e não via como é que a Assembleia Municipal, sendo coerente pode votar uma proposta como esta.-----

Lamentou ainda que a moção do PSD não faça uma chamada de atenção para o cumprimento das cartas educativas, e mencionam o pré-escolar, quando este nem sequer é da responsabilidade da autarquia e nem sequer faz parte da carta educativa.-----Por último, disse que achava muito

curioso, saberem que a AMO está a negociar com o governo, e não houve uma pergunta sobre o estado destas negociações, como se o principio e o fim de Torres Vedras começasse e acabasse numa folha de papel branco com alguns escritos e assinaturas. Não interessava as negociações, que com certeza serão tratadas por alguém e o que importava é discutirem alguma coisa que venha escrita na comunicação social.-----Depois destes esclarecimentos e tendo presente que estava agendado para este dia a entrega do documento coordenado pela AMO ao Senhor Ministro, o qual não se verificou o **Sr. Hugo Martins** inquiriu se já estava prevista nova data.-----

Atendendo às palavras do edil sobre a moção do Partido Social Democrata, o **Sr. Alfredo Reis**, fez a seguinte alteração: “...entende a Assembleia Municipal de Torres Vedras solicitar ao governo, através da AMO

que .....”-----No que se refere ao facto de não terem questionado sobre o estado das negociações, esclareceu que todos partiram do principio que essa informação seria avançada pelo edil.-----Ainda sobre os comentários do edil sobre a moção do Partido Social Democrata, quando disse que o está em causa, são interesses regionais e de dimensão regional o membro **Flores da Cunha** fez notar que a construção da estrada para Santa Cruz e a implementação da carta educativa em Torres Vedras, que constam na moção do PS, dizem respeito unicamente ao concelho. Estes pontos em conjunto com os pontos da moção do PSD também interessam aos munícipes de Torres Vedras.-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio**, tendo presente que a A8 também serve as populações da Lourinhã, Peniche, Caldas da Rainha, Bombarral e Alcobaça, questionou se a questão das portagens também não seria uma medida regional para minimizar o quadro desfavorável de toda a região.-----A terminar as intervenções o **Sr. Presidente da Câmara** informou que a AMO já chegou a uma plataforma de entendimento com o governo sobre as acessibilidades, e o quadro base de negociação também está encerrado seguindo-se a fase de negociação directa com os membros do governo n o m e a d o s p a r a o efeitos.-----Em relação à carta educativa, esclareceu que é um problema comum a todos os concelhos, e vai estar na mesa de negociações até porque em tempos a AMO mandou elaborar uma carta educativa regional, congregando as cartas educativas de todos os concelhos, trabalho esse que está na sua fase final.-----Mais esclareceu que a redução das portagens nunca foi posta em cima da mesa, como uma das exigências a fazer ao governo.-----O membro **Pedro Mucharreira** apresentou a declaração que se transcreve e ausentou-se da sala n ã o t e n d o p a r t i c i p a d o n a votação:-----“Mais uma vez lamento que tanto neste como no mandato anterior, em debates e votações deste género não exista um maior espírito democrático e de defesa dos interesses de todos os torrienses. Lamento que tenha sido levada a discussão e votação 3 moções, quando se deveria ter chegado a um entendimento com vista a levar à discussão e votação uma só moção que fosse abrangente e denotasse uma maior força politica e social. Pelo facto abstive-me de discutir e votar sequer...”----- A Assembleia Municipal passou de seguida à votação das moções apresentadas, com as alterações a que foram sujeitas, assim.----- A moção do Partido Social Democrata, foi reprovada com 23 votos contra e 19 a favor.----- A moção do Partido Socialista foi aprovada por unanimidade.-----Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:-----

